

UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS



**ESCOLA DE
DIREITO**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS



EQUIDADE:

**REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO DA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS**

UEA
EDIÇÕES

editora
UEA

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Roberto Cidade
Governador Interino

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

Prof. Dr. André Luiz Nunes Zogahib
Reitor

Profa. Dra. Kátia do Nascimento Couceiro
Vice-Reitor

Prof. Dr. Fábio Carmo Plácido Santos
Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Prof. Dr. Monica Dias de Araújo
Pró-Reitora de interiorização

Profa. Dr. Roberto Sanches Mubarak Sobrinho
Pró-Reitor de pesquisa e pós-graduação

Profa. Dra. Samantha Coelho Pinheiro
Pró-Reitora de Planejamento

Prof. Dr. Valber Barbosa Martins
**Pró-Reitor de Extensão e Assuntos
Comunitários**

Prof. Dr. Nilson José de Oliveira Junior
Pró-Reitor de Administração

Profa. Dra. Isolda Prado
Diretora da Editora UEA

Profa. Dra. Glaucia Maria de Araújo Ribeiro
**Coordenação do Programa de
Pós-Graduação *Stricto sensu* em Direito
Ambiental**

EQUIDADE:

Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas

Prof. Dr. Ricardo Tavares de Albuquerque, UEA
Coordenação do curso de Direito

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Profª. Dra. Patrícia Fortes Attademo Ferreira -UEA
Prof. Dr. Ricardo Tavares, UEA
Editores Chefe

Profª. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. MSc. Helder Brandão Góes, UEA
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA
Msc. Edinaldo Inocêncio Ferreira Junior, UEA
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA
Bruna Maria da Silva Mota, UEA

Editores Assistentes

Prof. Dr. Celso Antonio Pacheco Fiorillo, PUCSP
Profª. Dr. Danielle de Ouro Mamed, UFMS
Prof. Dr. Antonio Carlos Morato, USP
Profª. Dra. Tereza Cristina S. B. Thibau, UFMG
Prof. Dr. Sandro Nahmias Melo, UEA
Prof. Dr. Cássio André Borges dos Santos, UEA

Conselho Editorial

Profª. Dr. Lidiane Nascimento Leão, UFOPA
Prof. Msc. Assis da Costa Oliveira, UFPA
Prof. Dr. Nirson da Silva Medeiros Neto, UFOPA
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Profª Ma. Roberta Priscila de Araújo Lima, UEA
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA
Msc. Edinaldo Inocêncio Ferreira Junior, UEA
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA
Bruna Maria da Silva Mota, UEA

Comitê Científico

Prof. Dr. Daniel Gaio - UFMG/MG
Prof. Dr. Paulo Victor Vieira da Rocha, UEA
Prof. Dr. Alcian Pereira de Souza, UEA
Prof. Dr. Erivaldo Cavalcanti e Silva Filho, UEA
Profa. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto, UEA
Profa. Dra. Adriana Almeida Lima, UEA
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva, UEA
Prof. Dr. Neuton Alves de Lim, UEA

Avaliadores

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Primeira revisão e revisão final

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

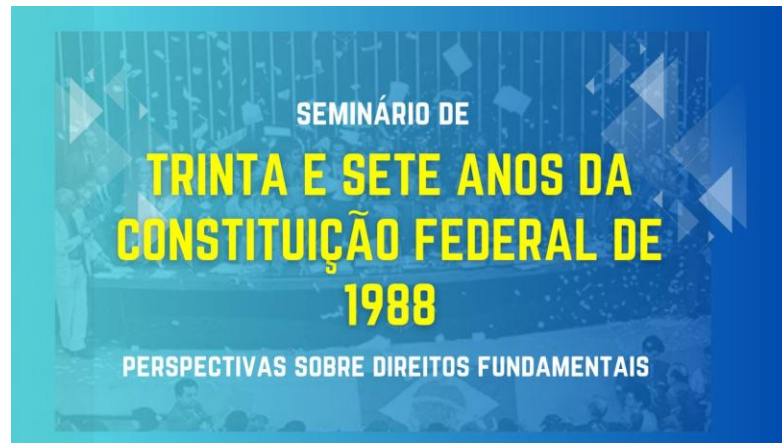


**Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais**

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte
Organizadores

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte
Profa. MSc. Raimunda Albuquerque de Oliveira
Profa. Esp. Alzira Melo Costa
Profa. Esp. Ana Vilma Santana Munhoz
Profa. Esp. Bianka Caelli Barreto Rodrigues
Profa. Esp. Daniele Serra Pinto Goulart
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Adv. Katrine Castro Sarmiento
Profa. MSc. Lucia Helena Santana Ferreira
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima
Comissão científica do evento

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**



**Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais**

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima	Ana Clara Sarmento Cabral
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar	Andria da Costa Pereira
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo	Bruna Maria da Silva Mota
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte	Elias Nunes Pereira
Profa. MSc. Raimunda Albuquerque de Oliveira	Elis Helena Castro Medeiros
Profa. Esp. Alzira Melo Costa	Emilly Victória Batista do Santos
Profa. Ana Vilma Santana Munhoz	Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Profa. Esp. BiankaCaelli Barreto Rodrigues	João Victor Osvaldo Souza
Profa. Esp. Daniele Serra Pinto Goulart	Letícia de Lira Gomes
Prof. MSc. Helder Brandão Góes	Lucas Gabriel Pessoa de Aragão
Profa. MSc. Lucia Helena Santana Ferreira	Marcelo Damasceno Rodrigues
Katrine Castro Sarmento	Nilvana Linhares Fernandes
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima	Nycolas Matos Carvalho
	Pedro Luís da Silva Teles
	Rafael Mousinho do Amaral
	Rebeca de Lima Nogueira
	Karine Galvão Lima

Comissão Organizadora

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar
Bruna Maria da Silva Mota
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Profa. Esp. Alzira Melo Costa
Comissão de Formatadores

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva
Prof. Dr. Bianor Saraiva Nogueira Júnior
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Profa. Esp. Alzira Melo Costa

Avaliadores

Profa. Esp. Alzira Melo Costa	Bruna Maria da Silva Mota
Profa. Ana Vilma Santana Munhoz	Elis Helena Castro Medeiros
Prof. Esp. Bianka Caelli Barreto Rodrigues	Emilly Victória Batista do Santos
Prof. Esp. Daniele Serra Pinto Goulart	Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Prof. MSc. Helder Brandão Góes	João Victor Osvaldo Souza
Adv. Katrine Castro Sarmento	Lucas Gabriel Pessoa de Aragão
Profa. MSc. Lucia Helena Santana Ferreira	Marcelo Damasceno Rodrigues
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima	Nilvana Linhares Fernandes
Ana Clara Sarmento Cabral	Nycolas Matos Carvalho
Andria da Costa Pereira	Pedro Luís da Silva Teles
	Rafael Mousinho do Amaral
	Rebeca de Lima Nogueira
	Karine Galvão Lima

Comissão de revisores - Primeira revisão

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Esp. Roberta Priscila de Araújo Lima
Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Bruna Maria da Silva Mota
Prof. Esp. Helder Brandão Góes
Profa. Esp. Alzira Melo Costa

Comissão de revisores - Revisão final

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

Os artigos publicados, bem como as opiniões neles emitidas são de inteira
responsabilidade de seus autores.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade do Amazonas

R454

LIMA, Neuton Alves de Lima; AGUIAR, Denison Melo de Aguiar; ARAÚJO, Gláucia Maria Ribeiro de; NORTE, Naira Neila Batista de Oliveira Norte. Anais do Seminário 37 anos da Constituição Federal de 1988: perspectivas sobre Direitos Fundamentais. **Equidade**: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas. Vol. 1. Nº 1. (2026). Manaus: Curso de Direito, 2026.

Anais

1. Direito – Periódicos. 2. Direitos Fundamentais – Periódicos.

Título.

CDU 349.6

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**



APRESENTAÇÃO

A presente publicação é um volume da Equidade: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas, vinculada ao Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas, e reúne os Anais do Seminário 37 Anos da Constituição Federal de 1988: Perspectivas sobre Direitos Fundamentais, realizado em Manaus no ano de 2025.

O evento teve como objetivo promover a análise crítica e interdisciplinar dos Direitos Fundamentais consagrados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, considerando os avanços normativos, os desafios estruturais e as tensões sociais que permeiam sua efetivação no contexto brasileiro contemporâneo. A Constituição de 1988, marco jurídico da redemocratização nacional, permanece como referência normativa central na consolidação do Estado Democrático de Direito no Brasil, sendo objeto de contínua interpretação, aplicação e contestação.

Os trabalhos apresentados e compilados neste volume abordam temáticas constitucionais, com ênfase nas especificidades da região amazônica. A abordagem adotada privilegia o rigor metodológico, o pluralismo teórico e a relevância social das discussões, reafirmando o papel da universidade pública como espaço de produção de conhecimento comprometido com a transformação democrática.

A publicação dos Anais visa contribuir para o aprofundamento das pesquisas jurídicas e para o fortalecimento do debate acadêmico sobre os direitos fundamentais, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas e para a atuação crítica dos operadores do direito, em especial quando se trata da Amazônia, pensada por amazônidas e/ou erradicados nela. Espera-se que este volume constitua referência para futuros estudos e iniciativas voltadas à promoção da justiça, da equidade e da sustentabilidade.

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

A Constituição Federal de 1988 instituiu um novo paradigma jurídico no Brasil, assentado na centralidade dos direitos fundamentais e na afirmação do Estado Democrático e social de Direito. Esse marco normativo não apenas reorganizou as estruturas institucionais, como também redefiniu os contornos da cidadania, ampliando o espectro de proteção jurídica aos indivíduos e coletividades. A positivação de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais consolidou um modelo constitucional abrangente, cuja efetividade permanece como desafio constante diante das desigualdades estruturais do país.

A análise dos direitos fundamentais sob a ótica da Constituição de 1988 exige a consideração de múltiplas dimensões: normativas, políticas, históricas e sociais. A interpretação constitucional, nesse contexto, não se limita à literalidade dos dispositivos, mas demanda uma hermenêutica comprometida com a promoção da dignidade humana, da justiça social e da inclusão. A atuação dos tribunais superiores, especialmente do Supremo Tribunal Federal, tem desempenhado papel relevante na concretização desses direitos, embora também suscite debates sobre ativismo judicial e limites da jurisdição constitucional.

No campo dos direitos sociais, observa-se que a Constituição de 1988 estabeleceu garantias importantes, como o direito à saúde, à educação, ao trabalho e à previdência social. Contudo, a realização plena desses direitos depende de políticas públicas eficazes, financiamento adequado e gestão democrática. A tensão entre o texto constitucional e a realidade empírica revela a necessidade de fortalecimento institucional e de participação cidadã como mecanismos de controle e exigibilidade dos direitos previstos.

A perspectiva regional, especialmente no contexto amazônico, impõe a consideração de especificidades culturais, ambientais e socioeconômicas que influenciam diretamente a aplicação dos direitos fundamentais. A proteção dos povos indígenas, das comunidades tradicionais e do meio ambiente assume relevância estratégica, não apenas pela riqueza biológica da região, mas também pela complexidade das relações entre desenvolvimento, sustentabilidade e justiça social. A Constituição de 1988 oferece instrumentos normativos para essa proteção, cuja efetividade requer compromisso político e jurídico contínuo.

Por fim, a celebração dos 37 anos da Constituição Federal de 1988 constitui oportunidade para reavaliar os avanços obtidos e os obstáculos persistentes na consolidação

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

dos direitos fundamentais. A produção acadêmica, como a que se apresenta neste volume, contribui para o aprofundamento crítico das questões constitucionais e para o fortalecimento da cultura jurídica democrática. A reflexão sobre os direitos fundamentais, nesse sentido, não se encerra no plano teórico, mas se projeta como prática transformadora voltada à construção de uma sociedade mais equitativa e plural.

Boa leitura.

Manaus, 01 de fevereiro de 2026.

Os Organizadores,

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

**A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA SOCIAL
NA FORMAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES DO AMAZONAS**

*THE IMPORTANCE OF TEACHING HUMAN RIGHTS AND SOCIAL JUSTICE IN THE
TRAINING OF MILITARY POLICE IN AMAZONAS*

**Eduardo Freire da Costa¹
Hamilton Gomes de Santana Neto²
Luan Rafael Andrade de Souza³
Denison Melo de Aguiar⁴
Neuton Alves de Lima⁵**

1. INTRODUÇÃO

A formação dos Policiais Militares do Amazonas tem passado por transformações significativas e necessárias nas últimas décadas, especialmente no que tange à incorporação de conteúdos relacionados aos Direitos Humanos e Justiça Social. Este trabalho busca analisar a importância desse ensino na estruturação de uma força de segurança pública mais nivelada aos princípios democráticos e constitucionais.

¹Universidade do Estado do Amazonas, Pós-graduado em Direito Militar – e-mail: eduardofreire35@gmail.com;

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5617066558184257>.

²Doutorando em Direito (Fadisp) e Mestre em Direito (UFAM). Professor do Magistério Superior na Faculdade de Direito da UFAM. Analista da Fazenda Estadual (SEFAZ/AM). Advogado – e-mail: hgsneto1994@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4373365414837392>.

³ Universidade do Estado do Amazonas, Pós-graduado em Segurança Pública e do Cidadão – e-mail: luan.fne@gmail.com; Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6081258763090166>.

⁴Denison Melo de Aguiar. Pós-doutor em Direito pela UniSalento (Itália-2025). Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGD/ UFMG). Mestre em Direito Ambiental pelo Programa de Pós- Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (PPGDA/ UEA). Advogado. Graduado em Direito pela Universidade da Amazônia (UNAMA/PA). Professor de ensino superior do curso de Direito da UEA. Professor da Academia de Polícia Militar do Amazonas (APM-PMAM). Professor de ensino superior do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Coordenador da Clínica de Mecanismos de soluções de Conflitos (MARbiC/UEA). Coordenador da Clínica de Direito e Cidadania LGBTI (CLGBTI/UEA). Coordenador da Clínica de Direito dos Animais (YINUAKA-UEA). Editor-chefe da Revista Equidade. Integrante do Grupo de pesquisa Desafios do Acesso aos Direitos Humanos no Contexto Amazônico da Escola Superior da magistratura do Amazonas (ESMAM). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, cidadania e Direitos Humanos (PPGSP/UEA). Contato: denisonaguiarx@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9956374214863816>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5903-4203>

⁵Professor da Escola de Direito da UEA e dos Programa de Mestrado em Direito Ambiental e em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos. Doutor em Direito pela UFMG. Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela UEA. Coordenador da Clínica de Estudos Constitucionais - CEC/UEA. Contato: nalima@uea.edu.br.

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

A importância desta pesquisa reside na relevância de compreender como a educação em Direitos Humanos pode transformar a atuação policial, promovendo uma cultura institucional baseada no respeito à dignidade da pessoa humana e na promoção da justiça social. Considerando as peculiaridades socioculturais e geográficas do estado do Amazonas, com sua diversidade étnica e populacional, torna-se fundamental investigar como o ensino desses princípios pode contribuir para uma atuação mais efetiva e humanizada das forças de segurança pública, em especial, a Polícia Militar do Amazonas.

2. JUSTIFICATIVA

A pesquisa sobre o ensino de Direitos Humanos e Justiça Social na formação dos Policiais Militares do Amazonas justifica-se pela necessidade urgente de alinhar as práticas de segurança pública aos princípios democráticos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, bem como aos tratados internacionais de Direitos Humanos e a outros dispositivos legais já internalizados na carta magna por meio de emendas constitucionais.

O estado do Amazonas apresenta características únicas que tornam este estudo ainda mais relevante, como a presença de comunidades indígenas, ribeirinhas e populações em situação de vulnerabilidade social, que demandam uma abordagem diferenciada por parte da Polícia Militar do Amazonas.

A formação adequada em Direitos Humanos pode reduzir significativamente os casos de violência policial, uso excessivo da força e violações de direitos fundamentais. Além disso, a incorporação desses conhecimentos na grade curricular dos centros de formação policial militar - tanto para oficiais como praças - contribui para a construção de uma polícia cidadã, capaz de mediar conflitos sociais de forma pacífica e respeitosa.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a importância do ensino de Direitos Humanos e Justiça Social na formação dos Policiais Militares do Amazonas, verificando seu impacto na atuação profissional e na relação com a sociedade civil.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

1. Identificar os conteúdos relacionados aos Direitos Humanos e Justiça Social presentes nos currículos dos Centros de Formação Policial Militar do Amazonas;
2. Verificar a percepção dos instrutores e alunos sobre a relevância desses conteúdos para a prática profissional;
3. Analisar casos práticos em que a formação em Direitos Humanos influenciou positivamente a atuação policial;

4. PROBLEMA E HIPÓTESE

Problema: Como o ensino de Direitos Humanos e Justiça Social na formação dos Policiais Militares do Amazonas influencia a qualidade da prestação do serviço de segurança pública e o respeito aos direitos fundamentais da população?

Hipótese: A incorporação do ensino de conteúdos relacionados aos Direitos Humanos e Justiça Social na formação dos Policiais Militares do Amazonas resulta em uma atuação profissional mais humanizada, reduzindo casos de violência policial e melhorando a relação entre a Polícia Militar e a sociedade civil, especialmente com grupos vulneráveis e minorias.

5. METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa de natureza bibliográfica, fundamentada em revisão sistemática da literatura sobre o tema. O procedimento metodológico principal consiste no levantamento bibliográfico abrangente sobre Direitos Humanos, Justiça Social e formação policial militar, com ênfase na realidade amazônica e brasileira.

As fontes de pesquisa incluem: livros, artigos científicos publicados em periódicos indexados, dissertações, teses, documentos oficiais, legislações pertinentes e publicações institucionais sobre segurança pública e educação em Direitos Humanos (PRODANOV e FREITAS, 2017)

A busca bibliográfica será realizada em bases de dados acadêmicas como Scielo, Portal de Periódicos CAPES, Google Acadêmico e repositórios institucionais, utilizando descritores como “Direitos Humanos”, “formação militar”, “polícia militar”, “Amazonas”, “segurança pública” e “justiça social”.

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

6. RESULTADOS

A revisão bibliográfica revelou importantes achados sobre o ensino de Direitos Humanos na formação Policial Militar. A literatura analisada (Ramos, 2021) demonstra consenso sobre a necessidade de reformulação dos currículos dos centros de formação policial militar para incorporação efetiva de conteúdos humanísticos.

Os estudos (Lima, 2011; Muniz, 2001) apontam que uma formação tradicional militarizada, baseada predominantemente em aspectos técnico-operacionais, tem se mostrado insuficiente para preparar os profissionais para os desafios da segurança pública contemporânea. A análise das publicações específicas sobre o contexto amazônico revelou escassez de estudos dedicados à formação dos militares estaduais na região, evidenciando uma lacuna significativa na produção acadêmica.

Os documentos oficiais analisados, particularmente a Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública (BRASIL, 2014), estabelecem diretrizes claras para a inclusão de direitos humanos na formação policial, porém pela análise da base curricular dos cursos de formação policial do Amazonas e a análise da literatura, percebe-se dificuldades na implementação prática dessas orientações.

A revisão identificou também experiências exitosas em outros estados brasileiros sendo um deles o Distrito Federal quando investiu na formação policial de modo que a reformulação curricular com ênfase em direitos humanos resultou em melhorias mensuráveis nos indicadores de violência policial e satisfação da população com os serviços de segurança pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa demonstrou que o ensino de Direitos Humanos e Justiça Social na formação dos policiais militares do Amazonas constitui elemento fundamental para a construção de uma segurança pública democrática e respeitosa aos direitos fundamentais. Os objetivos propostos foram alcançados, evidenciando que, apesar dos avanços observados, ainda existem desafios significativos a serem superados, especialmente no que se refere à ampliação da carga horária destinada a esses conteúdos e à capacitação dos instrutores.

A hipótese inicial foi parcialmente confirmada, uma vez que se verificou a influência positiva dessa formação na atuação profissional, embora outros fatores

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

institucionais e culturais também desempenhem papel relevante nesse processo. As limitações encontradas incluem a resistência de parte do corpo docente e discente em relação a alguns temas considerados “sensíveis” e a necessidade de maior integração entre teoria e prática.

Sugere-se, para pesquisas futuras, a investigação longitudinal do impacto dessa formação na carreira dos policiais militares, bem como estudos comparativos com outros estados da região Norte. Recomenda-se ainda o desenvolvimento de metodologias específicas para o ensino de Direitos Humanos adaptadas à realidade amazônica, considerando as particularidades culturais e sociais da região.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública**. Brasília: SENASP, 2014.

LIMA, João Marcelo Maciel de. **Democracia e accountability: violência policial e práticas de controle sobre a Polícia Militar do Estado de São Paulo**. 2011. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

MUNIZ, Jacqueline. **A crise de identidade das polícias militares brasileiras: dilemas e paradoxos da formação educacional**. Security and Defense Studies Review, Washington, v. 1, n. 1, p. 187-198, 2001.

PRODANOV, Cleber Cristiano & FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho Científico. Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. Ed. – Rio Grande do Sul, 2017.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de direitos humanos**. 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos; Formação Policial Militar; Justiça Social; Segurança Pública; Amazonas.

KEY WORDS: *Human Rights; Military Police Training; Social Justice; Public Security; Amazonas.*